

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELATÓRIO FINAL

PIBIC 2003/2004

AFRICANOS NO SUL DO BRASIL: ROTAS DE TRÁFICO E IDENTIDADE ÉTNICA

BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
FERNANDA ZIMMERMANN

ORIENTADORA
BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN

SUB-PROJETO
AFRICANOS ENTRE AÇORIANOS: TRÁFICO ATLÂNTICO E TRABALHO ESCRAVO NO
RIBEIRÃO DA ILHA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELATÓRIO FINAL

BOLSISTA: FERNANDA ZIMMERMANN

ORIENTADORA: BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2004.

ÍNDICE

1. RESUMO	4
2. INTRODUÇÃO.	5
2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.	6
2.2. JUSTIFICATIVA	12
2.3. OBJETIVOS.....	12
3. MATERIAIS E MÉTODOS.	13
4. RESULTADOS FINAIS.	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	198
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
7. ANEXOS.....	22
Tabela 1.....	22
Tabela 2.....	23
Tabela 3.....	24
Tabela 4.....	25
Tabela 5.....	26
Tabela 6.....	26
Tabela 7.....	26
Tabela 8.....	26
Tabela 9.....	27
Tabela 10.....	27
Gráfico 1.....	27
Gráfico 2.....	27

1. RESUMO

Este é o relatório final da pesquisa Africanos entre Açorianos: Tráfico Atlântico e Trabalho Escravo na primeira metade do século XIX, sub-projeto da pesquisa *Africanos no Sul do Brasil: Rotas do Tráfico e Identidade Étnica*, coordenado pela Profª Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian. Pretendeu desconstruir a idéia de que em Santa Catarina, mais precisamente no Ribeirão da Ilha, a escravidão era essencialmente de caráter periférico. Os dados encontrados demonstram um sistema escravista em nada excepcional se analisado no conjunto do território brasileiro. A presença de escravos africanos (sinal de ligação com o tráfico atlântico) demonstra dinamismo na economia da freguesia, voltada para a produção de farinha de mandioca para o mercado de abastecimento. Neste projeto fui responsável pelas seguintes questões: a) Estabelecer a rota do tráfico que trazia escravos para a Ilha de Santa Catarina e o Ribeirão da Ilha; b) Determinar a composição étnica da população africana da freguesia na primeira metade do século; c) Notar variações no fluxo do tráfico de escravos para o Ribeirão da Ilha, provenientes de oferta, demanda ou proibição do tráfico; d) Estabelecer as atividades econômicas que absorviam mão de obra escrava, e as ocupações dos escravos naqueles setores; e) Dar visibilidade à população africana da freguesia comumente vista como apenas "açoriana".

PALAVRAS CHAVE: Escravos, africanos, tráfico de escravos, trabalho.

Pesquisadora de Iniciação Científica: Fernanda Zimmermann
Rua Renato Ramos da Silva, 488, Barreiros, São José – SC. CEP: 88.110 – 015.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian.

2. INTRODUÇÃO.

A freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, situada na baía sul da Ilha de Santa Catarina, recebeu casais açorianos trazidos para povoar o litoral sul do Brasil na segunda metade do século XVIII. Com economia voltada para a agricultura, os colonos lá plantavam mandioca, cana, milho, feijão e café e processavam muitos destes produtos em engenhos artesanais. Dentro dos limites da freguesia se encontrava a Armação baleeira da Lagoinha (na costa atlântica), que pertencia até o início do século XIX, ao Real Contrato da pesca da baleia, e produzia óleo de baleia para exportação (ELLIS, 1969; SILVA, 1992). A freguesia tinha, em 1820, 1828 habitantes, dos quais 582 escravos, ou 31,8% do total (LUZ, 1994: 52). Durante boa parte do século XIX, a freguesia do Ribeirão teve a maior concentração de escravos na população total, entre todas as freguesias da ilha (LUZ, 1994: 78).

As freguesias de colonização açoriana do litoral catarinense são comumente tratadas na literatura como focos de economia pouco dinâmica, ou periférica. Este aspecto é invariavelmente usado para explicar a pequena proporção de escravos na população e sua concentração em atividades domésticas (PIAZZA, 1975). No entanto, os próprios dados utilizados pelos autores e incessantemente repetidos contradizem suas conclusões. A população escrava da capitania de Santa Catarina representava 23% do seu total em 1810, enquanto na capital da capitania, Desterro, a população escrava representava 26,5%, ou mais de um quarto de todos seus habitantes (CARDOSO e IANNI, 1960: 84-86). Em contraste, Salvador, na Bahia, tinha 37% do total da população composta por escravos em 1808 (REIS, 1986: 14). Ao contrário da Bahia, Santa Catarina não contava com grandes fazendas em sistema de plantation e tinha seu comércio voltado aos gêneros alimentícios destinados ao mercado interno (HUBENER, 1981). Talvez por isso tenha sido rotulada "periférica". Mas os dados apontam para um sistema escravista dinâmico, integrado ao mercado.

Dados levantados nesta pesquisa apontam para a presença importante de africanos entre a população escrava na primeira metade do século, o que seria de se esperar, já que era um povoado recente e a taxa de natalidade da população escrava não permitia seu aumento nem sua manutenção. Houve batismo de africanos recém-chegados todos os anos até 1833. O abastecimento de africanos para a freguesia parece ter sido feito indiretamente, através de outros portos com conexões atlânticas. A proporção entre homens e mulheres africanos batizados já adultos na freguesia, (79,6% e 20,4%, respectivamente), nos mostram que os africanos não vinham diretamente e sim eram comprados em outro mercado brasileiro, já que a porcentagem dos escravos africanos, do sexo masculino, batizados é superior a proporção de

homens provindos no tráfico feito diretamente com a África (via de regra, 2/3 de homens e 1/3 de mulheres).

Com a análise da matrícula do Ribeirão da Ilha, de 1843, conseguimos confirmar a importância da população escrava para a economia local. Com uma economia voltada essencialmente para a agricultura, onde a produção da farinha de mandioca era o elemento básico, 40% das famílias possuía escravos. Sendo que destes, 76% possuíam entre 1 e 5 cativos e 7,5% dos proprietários possuía um número de cativos superior a 10.

O desenvolvimento deste trabalho de pesquisa contribuiu para o avanço do conhecimento acerca da história da diáspora africana para o sul do Brasil, tão pouco explorada por enquanto.

2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

No decorrer da pesquisa tomamos conhecimento de um livro recente intitulado *Um contraponto baiano* (BARICKMAN, 2003) onde o autor, utilizando-se principalmente de inventários do Recôncavo Baiano entre 1780-1860, procura estabelecer uma comparação entre a posse das terras, o uso de mão-de-obra escrava e as práticas agrícolas na produção de três produtos: cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca.

Barickman nos chama a atenção para um mercado interno de produtos, como por exemplo a farinha de mandioca, que permitiu aos produtores de açúcar direcionar a sua produção apenas para o mercado externo, concentrando toda a sua mão de obra nesta atividade. O proprietário, ao contrário de desviar parte da sua mão de obra para a produção de gêneros de subsistência, os comprava de outros produtores. Barickman constata que além de um mercado interno ativo, este possuía flutuações muitas vezes independentes da demanda do mercado externo. No Recôncavo baiano, segundo o autor, havia uma quantia significativa de escravos trabalhando no interior destas fazendas de mandioca. Esta colocação nos faz pensar na relação entre as fazendas de farinha de mandioca do Recôncavo e o tipo de mão de obra utilizada nas fazendas do Ribeirão da Ilha.

O autor Stuart Schwartz, em seu livro intitulado *Segredos Internos* (1988), também acrescenta importantes considerações para este trabalho. Seu estudo minucioso sobre alguns engenhos de açúcar no nordeste brasileiro, nos traz informações sobre o funcionamento do sistema escravista. Os segredos internos do sistema escravista, segundo o autor, referem-se ao misto de negociações e punições que tangiam as relações entre senhores e escravos na sociedade escravista. Suas informações nos fazem pensar sobre as idéias colocadas por muito tempo pela historiografia que escrevia sobre o sistema escravista nas grandes fazendas

monocultoras. Ao contrário do que consta em muitos livros a escravidão no Brasil não era tão branda, como escrevia Gilberto Freyre em seu livro *Casa Grande e Senzala* (1930), mas também não era um sistema baseado apenas em punições e maus-tratos. Havia margem para as negociações, mesmo que estas não favorecessem aos escravos, porém amenizavam a situação difícil em que viviam.

Stuart Schwartz, utilizando-se de uma pesquisa microscópica e detalhista em documentos de alguns engenhos de açúcar da região da Bahia e Pernambuco, traz desde informações básicas sobre o uso da mão de obra indígena na economia açucareira, até o uso de mão de obra africana, suas experiências anteriores em outras colônias portuguesas as relações que tangiam o cotidiano entre senhores de engenho e escravos.

Na realidade, Barickman e Stuart Schwartz compartilham com Manolo Florentino e João Fragoso uma nova perspectiva acerca do passado colonial brasileiro. Fragoso e Florentino, em *O Arcaísmo como Projeto*, trazem novas considerações sobre o que Caio Prado Jr. batizou de “Sentido da Colonização”, ou seja, a interpretação do período colonial brasileiro através da qual tudo se resumia à tríade monocultura, trabalho escravo e latifúndio. Fragoso e Florentino, através de pesquisa maciça em documentação cartorial manuscrita revêem este paradigma. Enquanto para Prado Jr. e para Fernando Novaes as flutuações do mercado dependiam da economia atlântica e significado do sistema era encontrado fora da colônia, para Ciro Cardoso e Jacob Gorender, tratava-se de um sistema econômico novo, que só poderia ser explicado por seus elementos próprios.

Um dos objetivos deste trabalho foi identificar as rotas de tráfico que traziam os escravos para Santa Catarina, mais precisamente, para o Ribeirão da Ilha. Os trabalhos de Manolo Florentino, *Em Costas Negras* (1997) e de João Fragoso *Homens de grossa aventura* (1998) trazem estudos sobre o tráfico de escravos para o Rio de Janeiro e seus principais mercados, o que nos auxilia na identificação das rotas que os traziam até Santa Catarina.

Beatriz Gallotti Mamigonian, em seu artigo *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*, promove uma revisão historiográfica que contribui para entender melhor como as pesquisas atuais se posicionam frente as fontes primárias e aos acontecimentos referentes a escravidão. Segundo os autores citados os africanos vindos para o Brasil provinham de três grandes regiões: da Costa Ocidental da África (Costa da Mina, principalmente), da África Centro-Ocidental (Angola-Congo), e da Costa Oriental (Moçambique).

No entanto, as designações étnicas de origem, comumente chamados nações, dizem respeito mais ao tráfico, ou aos colonizadores do que aos africanos eles mesmos. Isto se dá porque, na maioria das vezes, as designações referiam-se ao porto de embarque ou o mercado

onde os escravos africanos haviam sido comerciados, e não a sua real origem. Os registros de batismos representariam tanto as categorias criadas pelos senhores e comerciantes do tráfico quanto as identidades adotadas pelos próprios africanos ao se reagrupar e re-socializar sob a escravidão.

Os historiadores, ao trabalhar com estas designações levam em conta, segundo a autora, a idéia de que as identidades estavam em constante transformação, já que se constituíam com base na cultura de um grupo e em relação aos demais grupos que se encontram ao seu redor.

Hebe Maria Mattos de Castro, em seu livro *Das Cores do Silêncio: o significado da liberdade do sudeste escravista*, traz uma importante discussão sobre as designações “preto”, “pardo” ou “crioulo”, que identificava os africanos e seus descendentes. Por muitos anos vários autores utilizaram destas classificações como se apenas estivessem relacionadas à cor. Segundo a autora estas denominações iam além disso, representando uma condição política. “Crioulo” seria aquele que nasce em casa, ou seja, o descendente de africano nascido na fazenda em que trabalha. Já a denominação “Pardo” estaria fazendo referência ao descendente de africano nascido livre.

Analisando a matrícula do Ribeirão da Ilha de 1843 foi possível perceber que ali não era esta a interpretação comum, pelo menos do senhor ou do recenseador. Estes seguiam a classificação sugerida por Mary Karasch, onde “preto” designava os africanos, “crioulo” os nascidos no Brasil e “pardo” os filhos de africano com europeu, e seriam apenas designações ligadas à cor.

Em *A vida dos escravos do Rio de Janeiro* (2000), Mary Karasch traz um quadro mais específico sobre as etnias dos escravos africanos no Brasil, sobre a vida, o trabalho, as doenças e mortes destes escravos no período de 1808-1850. Levantando fontes primárias diversas, como registros notariais, correspondências da polícia com os ministros da justiça, registros de enterros da Santa Casa da Misericórdia, petições de escravos aos imperadores sobre tratamento cruel, e casos jurídicos e testamentos a autora busca mostrar “como os escravos se tornaram participantes ativos da evolução de sua própria e rica cultura afro-carioca – uma cultura que continuou a atrair e aculturar os de ancestralidade européia, muitos dos quais cultuam agora os deuses da África” (KARASCH, 2000: 32).

Karasch procura estabelecer a distribuição étnica dos escravos africanos encontrados na cidade do Rio de Janeiro neste período. O trabalho feito pela autora é similar ao que executamos nesta pesquisa, no que tange à identificação das etnias dos escravos africanos no Brasil. Além de servir como um modelo, serve também para estabelecer comparações entre as

etnias que prevaleciam no Rio de Janeiro e as que eram encontradas na freguesia do Ribeirão da Ilha.

“No século XIX, as principais divisões dos escravos no Rio de Janeiro estavam baseadas no lugar de nascimento” (KARASCH, 2000: 36). Em 1832 apenas 9,8% dos escravos do Rio de Janeiro haviam nascido no Brasil e 73,3% da amostra eram africanos. Dos africanos que compunham a mão de obra escrava no Rio de Janeiro no período de 1808-1850, a maioria era importada do centro-oeste africano. Antes de 1811, 96,2 viera desta área. Este número nunca chegou a ser inferior a 66%. Em segundo lugar estavam os africanos provenientes da África Oriental. As porcentagens variaram entre 16,8% e 26,4% durante o período estudado. Por último encontravam-se os africanos vindos da África Ocidental (6% a 7%). Neste caso há uma particularidade. Os africanos desta região atingiram seu auge, no Rio de Janeiro, após 1835, quando o tráfico destes africanos vindos da Bahia para o Rio se intensificou devido a revolta acontecida na Bahia. A revolta dos malês causou um medo de que nova rebelião provocada por estes africanos causasse maiores prejuízos ao sistema.

Estas grandes regiões incluíam alguns portos ou regiões mais específicas. A região centro-oeste africana incluía o Congo-Norte (Cabinda), Angola e Benguela. A África Oriental incluía o centro Leste africano, principalmente. Deste fazia parte o Sul da Tanzânia, o Norte de Moçambique, Malauí e o Nordeste de Zâmbia. Por fim, da África Ocidental fazia parte os escravos conhecidos como Mina e Calabar. O termo Mina era usado tanto para os escravos vindos da Costa Ocidental, como em um sentido mais restrito para os que haviam vindo da Costa da Mina. A nação africana que prevalecia na mão de obra encontrada no Ribeirão da Ilha, era proveniente da região centro-oeste. No entanto irei tratar destas questões nos resultados finais.

No encaminhamento dos trabalhos buscamos conhecer a bibliografia catarinense que havia tratado do tema.

Para um primeiro contato com o Ribeirão da Ilha foi importante o acesso a obra de Virgílio Várzea, *Santa Catarina – A Ilha*, onde o autor nos fornece um panorama geral sobre a fundação, população e mesmo os limites geográficos da região.

Um dos principais livros sobre o assunto denomina-se *A escravidão negra numa província periférica* (1999), onde o autor Walter Piazza oferece um panorama geral sobre a escravidão negra em Santa Catarina. Segundo o autor o contingente negro presente em Santa Catarina provém de portos brasileiros como São Luís do Maranhão, Recife/Olinda, Salvador e Rio de Janeiro ou então veio por via direta através dos portos de Angola e Moçambique. Outras informações importantes para esta pesquisa referem-se às procedências; segundo ele,

no Ribeirão da Ilha prevaleciam os africanos provenientes de Angola, do Congo ou Cabinda, Benguela e Moçambique. Piazza, entretanto, não cita fontes além dos registros de batismo que permitissem verificar suas conclusões.

Nesta obra o autor defende a idéia de que a mão de obra escrava catarinense concentrava-se nas atividades domésticas, já que a economia aqui encontrada era de caráter periférico e pouco dinâmico. Segundo Piazza, “quanto à atividade profissional dos escravos, em Santa Catarina, pode-se dizer que mais se concentraram em trabalhos urbanos e/ou domésticos e que se fixaram, predominantemente, na área litorânea (...)” (PIAZZA, 1999: 68). Porém, os dados encontrados através desta pesquisa, contradizem estas informações. No Ribeirão da Ilha estes escravos eram, na maioria, empregados no trabalho na lavoura.

Walter Piazza coloca a década de vinte do século XIX como o auge da escravidão em Santa Catarina. Para Piazza, em 1824 a população escrava catarinense alcança seu ápice, perfazendo 33% do total da população (PIAZZA, 1999). Particularmente na freguesia do Ribeirão da Ilha, o autor Sérgio Ribeiro da Luz, em sua dissertação de mestrado, *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930* (1994) detecta os anos de 1814, 1817, 1823 e 1827, como os anos de maior entrada de africanos o que segundo ele certamente contribui para que nestas décadas houvesse a maior concentração de escravos na região.

As fontes utilizadas por Sérgio R. da Luz são as mesmas que nos propusemos a utilizar no desenvolvimento desta pesquisa. São fontes eclesiásticas (registros de batismo, óbito e casamento) e um registro de matrícula do Ribeirão da Ilha de 1843. Porém, em sua dissertação o autor faz uma história demográfica de toda a comunidade sem se deter muito sobre a população de origem africana, e é isso que buscamos aprofundar.

Luz define a freguesia da seguinte forma: “Nossa Senhora da Lapa, por sua vez, caracterizava-se por ser um centro agrícola e por abrigar em seus quadros territoriais uma armação de pesca de baleias” (LUZ, 1994: 78). Através desta informação e depois de constatar que muitos dos escravos, principalmente africanos, que estavam registrando seus filhos entre 1807-1854 na freguesia do Ribeirão da Ilha eram de propriedade do Contrato Real da Armação, buscamos referências bibliográficas que esclarecessem como se organizava a pesca baleeira nas Armações em Santa Catarina, e qual a relação entre estas e o Ribeirão da Ilha. Não existem pesquisas específicas sobre os escravos da Armação da Lagoinha, no entanto uma obra de grande importância que trata sobre alguns destes aspectos é o livro *A Baleia no Brasil Colonial* (ELLIS, 1969).

Segundo Myriam Ellis a pesca da baleia no período de 1780/1790 foi uma das atividades que mais movimentou economicamente a região litorânea, trazendo um grande número de escravos para as armações. Com o declínio das armações, mais precisamente da pesca baleeira, os escravos tiveram que ser empenhados em outras atividades e possivelmente em localidades próximas da Armação (SILVA, 1992: 80-81). Neste contexto, é possível que estes escravos que trabalhavam na Armação da Lagoinha tenham sido vendidos ou mesmo alugados para residentes do Ribeirão da Ilha, a fim de serem empregados na lavoura ou outra atividade.

Homens livres que trabalhavam na pesca baleeira muitas vezes recebiam alguns escravos como forma de pagamento (NEU, 2003). É mesmo possível que trabalhadores livres residentes no Ribeirão da Ilha tenham recebido escravos como pagamento por serviços prestados nas armações baleeiras. É importante saber que estes escravos do Contrato Real da Armação vinham principalmente de mercados de vendas de escravos do Rio de Janeiro.

Para a análise da matrícula de 1843, procuramos literatura acerca da posse de escravos, que nos fornecesse termos de comparação e temas de discussão. No texto *Historiografia e estrutura de posse de escravos* encontramos um panorama geral sobre o tema. José Flávio Motta segue a tríade proposta por Caio Prado Jr onde grande propriedade, monocultura e mão de obra escrava funcionavam como o motor da colônia.

No livro *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa dedicam um capítulo ao assunto “estrutura de posse de escravos”. O principal enfoque diz respeito às características dos proprietários de escravos, tais como sexo, cor e atividade. Segundo os autores o dinheiro era freqüentemente aplicado na compra de novos escravos, o que nos evidencia que a quantidade de escravos refletia o nível de riqueza do proprietário. Assim como no Ribeirão da Ilha, na região de Minas é grande o número de senhores com menos de 5 escravos, sendo a maior concentração de escravos nas mãos de pouquíssimos proprietários. Era na agricultura e na mineração que a maioria destes escravos trabalhavam.

Já em relação aos cativos, nosso interesse se concentra na estrutura etária, sexo e origem. Analisando a origem dos escravos de Minas Gerais no fim do século XVIII, Francisco V. Luna constata que em Vila Rica, em 1804, 40,5% dos escravos eram de origem africana, sendo 84,8% destes da África Centro-Occidental. Dados como estes nos ajudaram a estabelecer comparações entre localidades semelhantes não só nos plantéis, mas nos períodos estudados.

Outro ponto importante diz respeito à ascensão do ex-escravo à condição de senhor proprietário de cativos, o que era muito comum nas mais diversas áreas do país. Essa busca pela mão de obra escrava nos traz evidências de que a escravidão no Brasil não era apenas uma questão racial, mas uma forma de ascender socialmente.

Nesta mesma perspectiva Bert Barickman nos mostra que em 1835 os pretos, pardos e cabras perfaziam um grande número dos senhores da região. O uso da mão de obra escrava na Bahia iniciou-se muito cedo, ao início do século XVI, e em uma economia bem estabilizada. Esses fatores fizeram com que no século XIX muitos descendentes de africanos já houvessem conquistado suas alforrias e se tornado proprietários, ou mesmo que os proprietários “de cor” fossem descendentes das relações entre senhores e escravas que tivessem herdado bens.

A fonte de pesquisa utilizada por Barickman é muito semelhante à matrícula do Ribeirão da Ilha (1843) por nós utilizada. Trata-se de um censo organizado por fogos. As listas registram os nomes, profissão e uma lista dos escravos e agregados possuídos pelos chefes de família. No entanto a fonte por mim utilizada e a de Barickman diferem em um aspecto: a da freguesia do Ribeirão não fornece a cor dos moradores, o que nos impede de constatar se haviam proprietários que eram descendentes de africanos, e qual a proporção deles entre os proprietários de escravos.

2.2. JUSTIFICATIVA.

Os estudos de história social da escravidão em Santa Catarina ainda são poucos e se concentram em Desterro no fim do século XIX (PEDRO et alli, 1998; CARDOSO et alli, 2002). Para o Ribeirão da Ilha, não se encontra nada além de um grande número de volumes de “memórias” (PEREIRA, 1991) e uma boa história demográfica do local (LUZ, 1994).

Por outro lado, não há trabalhos que se debrucem sobre a questão da diáspora africana ou que discuta a composição étnica da população africana. Uma história destes africanos e sua atuação em Santa Catarina se fazem necessária já que sua colaboração para a cultura, costumes e mesmo para o povoamento do território catarinense merece destaque.

2.3. OBJETIVOS.

Neste trabalho aprofundamos algumas questões sobre a história social do Ribeirão da Ilha, no que diz respeito às rotas de tráfico que os levavam até a freguesia, suas etnias e em quais atividades econômicas estes escravos estavam sendo empregados.

Através de textos, livros e artigos pudemos entender melhor a escravidão em diversas partes do Brasil e assim, estabelecer algumas comparações entre as diversas localidades enfocadas.

Sobre o tráfico de escravos conseguimos constatar a presença constante de africanos trazidos de forma indireta para o Ribeirão da Ilha, mais precisamente vindos de outros portos para os portos catarinenses. Segundo Piazza, os escravos aqui chegados provinham essencialmente de portos do Rio de Janeiro e Pernambuco. Outra constatação foi a da existência de um tráfico selecionado, de encomendas, já que a proporção de homens é superior a proporção de homens que vinham diretamente da África para o Brasil.

O que fica claro após o ano de 1831, quando foi decretada a proibição do tráfico é que houve a continuação da importação de africanos regularmente até 1833, e depois alguns batizados até 1848. Se houveram mais africanos ilegais aportando no Ribeirão da Ilha, estes não foram batizados.

A população africana do Ribeirão da Ilha possuía basicamente a mesma constituição que a população africana do Rio de Janeiro, conforme os registros de Mary Karasch (2000). As nações que predominavam no Ribeirão eram os escravos de nação Congo, se considerarmos que 32% dos batizados já adultos eram desta nação.

Com o decorrer da pesquisa também conseguimos constatar o volume do tráfico de escravos. Entre os anos de 1809 e 1832 o tráfico foi estável, sendo estes anos caracterizados pela compra intensa de africanos. A partir de 1832 há uma grande queda no volume das compras, caminhando para a ausência de compra.

Através da análise da matrícula da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha conseguimos constatar que a maioria dos escravos da região eram empregados na lavoura, no cultivo da mandioca. Cerca de 88,7% dos chefes de família da região dedicavam-se a lavoura, sendo que os 11,3% restantes estavam voltados para atividades como a pesca, a carpintaria e ao ensino. Apenas 8% dos escravos da região estavam empregados por esses senhores. A grande maioria, cerca de 92% dos escravos estava trabalhando na lavoura em 1843.

Dados os elementos percebidos consideramos que o avanço sobre essa questão foi proveitoso. A pesquisa com fontes primárias e secundárias, extravasando a teoria proposta em sala de aula, e posta na prática torna a preparação acadêmica mais completa e interessante.

É certo que este é o início de um estudo maior sobre a história social da escravidão no sul do Brasil, tema até agora muito pouco pesquisado.

3. MATERIAIS E MÉTODOS.

No trabalho em que buscamos fazer uma história social da freguesia do Ribeirão da Ilha, nos utilizamos de fontes primárias, como registros de batismo disponíveis no Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina e um “Livro de Matrícula da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha”, de 1843, do acervo do Arquivo do Registro Civil do Ribeirão da Ilha; além de fontes de caráter secundário como livros, artigos e teses. Dessa forma trabalhamos na coleta, organização e digitalização das fontes primárias e na leitura e fichamento de bibliografias diversas.

A metodologia empregada no desenvolvimento do projeto inspirou-se em trabalhos recentes da história social da escravidão (com forte inspiração na pesquisa intensiva e microscópica) e nos métodos de história demográfica.

Inicialmente tratou-se de levantar os registros de batismo, colocando-os em tabelas de banco de dados. Os livros disponíveis no Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina referentes ao período em estudo são os livros um, dois e três de batizados, que abrangem o período de 1807 a 1854. Existe um intervalo entre os anos de 1841 e 1846: os registros referentes a estes anos encontram-se queimados, sem condições de leitura.

Em um primeiro momento utilizamos as fichas do acervo do Laboratório de História Demográfica (hoje sob a guarda do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura), organizando-as em uma tabela de banco de dados. Em seguida fomos ao Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, a fim de conferir os resultados obtidos.

De posse dos registros no banco de dados, passamos a analisar especificamente a população africana: inicialmente sua proporção no conjunto da população total e no conjunto da população escrava e depois uma análise apurada dos registros de nação, tomando cuidado de problematizar a informação neles contida. Inicialmente procuramos estabelecer a proporção da população africana por grandes grupos de proveniência (Costa Ocidental; Costa Centro-Ocidental; Costa Oriental) e em seguida buscamos informações mais detalhistas dos grupos étnicos a que pertencem os africanos da freguesia (ioruba, kongos, etc.).

Os dados do “Livro de Matrícula da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha”, de 1843, do acervo do Arquivo do Registro Civil do Ribeirão da Ilha, foram transcritos em tabela de banco de dados e organizados, servindo como fonte riquíssima de informações acerca da hierarquia social e a posse escrava na freguesia. A listagem nominal por chefes de família reúne informações sobre todos os habitantes de cada unidade – membros de família consangüínea, agregados e escravos – permitiu que estabelecêssemos a estrutura de posse escrava da freguesia naquela data, além da ocupação dos escravos e livres. A

quantidade de escravos que os senhores da região possuíam e a atividade econômica onde estes eram empregados foram perguntas que puderam ser respondidas através desta.

Os dados levantados encontram-se organizados em tabelas de bancos de dados, em arquivo próprio e do orientador, que poderão estar disponíveis para futuras pesquisas. Além disso, o “Livro de Matrícula da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha”, de 1843, foi digitalizado e encontra-se em um CD-ROM, que foi oferecido ao Arquivo do Registro Civil do Ribeirão da Ilha, para que possa facilitar o trabalho de futuros pesquisadores e interessados no assunto. Estes registros, “fotografia” da comunidade em 1843, serão úteis para pesquisa de outros alunos, notadamente a de Francisco de Assis, da 6ª. fase de História, que estuda o alistamento militar na década de 1870.

Ao mesmo tempo em que executávamos a pesquisa em fontes primárias, fizemos o levantamento de alguns livros que serviriam para o melhor andamento da pesquisa. O ponto de partida foi o levantamento das obras que faziam referência a freguesia do Ribeirão da Ilha. Em seguida partimos para o estudo de obras que tratassem da escravidão na região sul do Brasil e mais precisamente de Santa Catarina. As demais obras estudadas foram selecionadas seguindo um critério onde os trabalhos mais recentes sobre história social da escravidão e que fossem próximos aos objetivos propostos no projeto, foram privilegiados. Todas as obras foram lidas, analisadas e fichadas. Alguns dos textos lidos, além de discutidos entre as partes participantes do projeto em pequenas reuniões, foram debatidos em um grupo de estudos organizado em encontros quinzenais no Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura, com a participação de professores, alunos de mestrado e graduação.

Além do cumprimento dos objetivos apresentados no projeto de pesquisa e estudos feitos dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, participamos de mini-cursos, palestras e encontros, onde o tema central era a história do trabalho, e mais especificamente, a história da escravidão. Nestes encontros tivemos a chance de conhecer especialistas e tomar contato com pesquisas recentes. Os dados levantados também foram apresentados e discutidos em uma oficina: “Rotas do Tráfico de Escravos e Identidade Étnica Africana no Brasil” nas Jornadas Setecentistas, Curitiba (nov. 2003) ministrada pela orientadora.

4. RESULTADOS FINAIS.

A partir da coleta de dados, de sua comparação e discussão, pudemos organizar um vasto material sobre a história social da escravidão na freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, no período que vai de 1800 a 1850. O material utilizado para as nossas

pesquisas, registros de batismos e uma matrícula datada de 1843, encontram-se sistematizados em tabelas de banco de dados para que possam ser pesquisados futuramente.

Pudemos levantar nominalmente a população escrava (crioula e africana) da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Através dos registros de batismo constatamos que dos batizados ocorridos na freguesia entre os anos de 1807 e 1854, em torno de 31% destes eram de escravos. E mais ainda, dos batizados de escravos ocorridos na freguesia, 21% eram africanos. Ora, estes números nos mostram que ao contrário do que afirmaram muitos autores sobre a escravidão em Santa Catarina, esta não era apenas de caráter periférico.

Em 1843, 40% das famílias dispunham de mão de obra escrava. Entre os proprietários, 76% possuíam entre 1 e 5 escravos, enquanto 7,5% deles possuíam mais de dez escravos. A principal atividade econômica da região era a lavoura. A produção agrícola do Ribeirão da Ilha (farinha de mandioca e outros produtos alimentícios) era destinada ao abastecimento do mercado interno brasileiro.

A partir destes dados e através da análise do registro de matrícula (1843) conseguimos constatar que 51% da população escrava era de origem africana. A pesquisa demonstrou que aproximadamente 76% dos africanos no Ribeirão da Ilha eram da África Centro-Occidental, sendo 35% deles só do Congo. Além disto, 15% eram da África Oriental (Moçambique), e 9% da África Occidental (Costa da Mina) (Ver tabela 2).

Podemos assim estabelecer comparações entre os números encontrados no Ribeirão da Ilha e os dados levantados por Mary Karasch (2000) para o Rio de Janeiro. Nos dois casos pudemos constatar que a maioria dos escravos provinha da região Centro-Oeste da África, principalmente os de origem Conga e Cabinda, seguidos pelos escravos provenientes da África Oriental (principalmente Moçambique) e por último, em menor número, pelos escravos vindos da África Occidental. Estas conclusões nos levam a confirmar as afirmações de Walter Piazza (1999), onde este coloca o Rio de Janeiro como a principal origem dos escravos vindos pelo tráfico interno para Santa Catarina.

Já Francisco V. Luna (1982) analisando a origem dos escravos de Minas Gerais no fim do século XVIII, constata que em Vila Rica, em 1804, 40,5% dos escravos eram de origem africana, sendo 84,8% destes da África Centro-Occidental.

Os números de batizados de africanos adultos entre os anos de 1810 e 1832 são constantes, tendo picos nos anos de 1817 e 1823. A partir de 1832 o número de batizados africanos cai bruscamente, tendo poucas ocorrências em 1833, 1834 e 1835, e praticamente

desaparecendo a partir desta data, ainda que alguns proprietários tenham batizados seus escravos africanos em 1840 e 1848, claramente trazidos durante o tráfico ilegal (Ver tabela 5).

A porcentagem de homens e mulheres africanas, adultos, batizados no Ribeirão da Ilha nos remetem a algumas conclusões. Perfazendo 79,6% dos batizados de adultos, o número de homens nos indica uma proporção maior do que a de homens vindos no tráfico negreiro da África para o Brasil. Em 1843 o número de homens chegou a perfazer 82% da população escrava. Isto indica um tráfico selecionado, vindo provavelmente de outros portos do país. As compras de escravos deviam ser feitas por encomendas, onde os homens eram preferidos (ver tabela 6).

A idade dos escravos encontra-se bem distribuída, até porque neste período (1843) o tráfico de escravos africanos para o Ribeirão da Ilha encontrava-se escasso, devido a pressão da Inglaterra, que vinha limitando a compra de escravos. A mão de obra, neste período, já se baseava nos africanos adquiridos anteriormente e na reprodução natural destes.

Outras afirmações quanto aos resultados obtidos em nossa pesquisa, no período de vigência da bolsa, devem ser explorados. As mães africanas e crioulas nos mostram números de grande relevância para a nossa pesquisa, já que estas também demonstram movimento do tráfico e as procedências dos escravos que viviam no Ribeirão da Ilha. Semelhante estudo foi feito anteriormente em *Devotos da Cor* (SOARES, 2000).

O número de mães africanas era superior ao número de mães crioulas, no entanto há a ocorrência de um grande número de mães de origem desconhecida. Das mães africanas, a maioria é de origem Congo (21%), seguida pelas de origem Benguela (16,1%) e as de origem Cabinda (14,3%) (ver tabela 8). Estes dados dizem respeito ao número de crianças e não precisamente ao número de mães. Este cálculo seria de difícil obtenção, já que a mesma mãe pode ter vários filhos, aparecendo assim por várias vezes na contagem. Fazer a contagem pelas mães esbarraria no problema da repetição dos nomes, ou seja, existem várias mães com o mesmo nome, o que dificultaria a identificação. A maneira de contagem destes dados é baseada no método utilizado por Mariza Carvalho Soares.

Outro objetivo deste trabalho foi identificar as rotas de tráfico, interno ou externo, pela qual estes escravos chegaram a Santa Catarina, e mais precisamente ao Ribeirão da Ilha. Encontramos uma dificuldade neste trabalho, já que os escravos vindos pelo tráfico interno, não eram aqui batizados, já que chegavam adultos e já haviam sido batizados no lugar de onde provinham. No entanto, a composição da população africana por grupos de procedência semelhante à do Rio de Janeiro e de Minas Gerais permite intuir que era a praça do Rio de Janeiro que fornecia escravos para Santa Catarina. Segundo Manolo Florentino, em seu livro

Em Costas Negras, em 1812 cerca de 12% das embarcações cariocas que partiam para Santa Catarina era com carregamentos de escravos (FLORENTINO, 1997).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No decorrer da pesquisa, participamos de eventos relacionados com a nossa problemática, onde pudemos trocar informações e experiências com outros pesquisadores de diversas universidades do país. Participamos:

Do I Encontro de Castro – Escravidão e Liberdade do Brasil Meridional, entre os dias 23 e 26 de setembro de 2003, que aconteceu em Castro, PR.

Da Oficina: “Direito e Escravidão no Brasil do século XIX”, nos dias 09 e 10 de outubro de 2003, com a carga horária de 14 h/a, na cidade de Florianópolis, SC.

Dois outros encontros já estão agendados onde poderemos expor dados por nós obtidos. O primeiro, em forma de painel, será exposto na Jornada de História do Trabalho que acontecerá em paralelo com a ANPUH entre os dias 31 de agosto e 02 de setembro. O Outro encontro é o Encontro de Iniciação Científica que acontecerá juntamente com o SEPEX nos últimos dias do mês de setembro.

A partir de textos, livros, artigos e pesquisas realizadas, iniciamos comparações entre os dados levantados por nós, entre a historiografia local e os dados de outras localidades do país, constatados pela historiografia nacional e internacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **As cores do escravismo:** Escravistas “Pretos”, “Pardos” e “Cabras” no Recôncavo Baiano, 1835. São Paulo: População e Família, n0. 2, p. 7-59, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique, e Octávio IANNI. **Cor e mobilidade social em Florianópolis.** São Paulo: Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. e outros. “Experiências das populações de origem africana em Florianópolis na década da abolição” in: **PerCursos** 3:1 (2002): 7-29.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade do sudeste escravista – Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil Colonial.** SP: Melhoramentos, 1969.

FARIAS, Joice. **A Lagoa da Conceição também é dos pretos!** Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de SC (1870-1920). Dissertação de Mestrado em História. UFF, 2003.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras:** uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo, e GOES, José Roberto. **A Paz das Senzalas:** Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro (1790-1850). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. **O Arcaísmo como Projeto:** Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** 20 ed. RJ/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980 [1933].

HÜBENER, Laura Machado. **O Comércio da Cidade do Desterro no Século XIX.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de escravos. In: **Minas Colonial:** Economia e Sociedade. São Paulo: Fipe/Pioneira, 1982.

LUZ, Sérgio Ribeiro da. “Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930.” Dissertação de Mestrado em História. UFSC, 1994.

MOTTA, José Flávio. Historiografia e Estrutura da Posse de Escravos. In: **Corpos escravos, vontades livres:** posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). SP: FAPESP/Annablume, 1999.

NEU, Maria Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba-SC:** de armação baleeira a porto carbonífero. Tubarão: Editora da Unisul, 2003.

OSORIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese de Doutorado, UFF, 1999.

PEDRO, Joana Maria e outros. **Negro em Terra de Brancos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PIAZZA, Walter. **A escravidão negra numa província periférica** Florianópolis: Garapuvu/Unisul, 1999.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC**: Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFSC, 1992.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina - A Ilha**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

7. ANEXOS

Tabela 1: Nações dos africanos batizados adultos

Tabela 2: Nações dos africanos (dados baseados na matrícula de 1843)

Tabela 3: Distribuição anual dos batismos de africanos adultos

Tabela 4: Distribuição anual dos batismos de mães escravas

Tabela 5: Batizados de africanos adultos segundo o sexo

Tabela 6: Número de escravos separados quanto o sexo (1843)

Tabela 7: Número de Batizados segundo a nacionalidade das mães

Tabela 8: Origem das mães africanas, por número de batizados

Tabela 9: Estrutura de Posse de escravos no Ribeirão da Ilha

Tabela 10: Estrutura de Posse de escravos no Ribeirão da Ilha

Gráfico 1: Nações dos africanos batizados adultos

Gráfico 2: Nações dos africanos (dados baseados na matrícula de 1843)

Tabela 1

Nações dos Africanos Batizados Adultos	TOTAL
<i>África Ocidental</i>	
Mina	21
<i>Centro-Oeste Africano</i>	
<i>Congo Norte</i>	
Cabinda	34
Congo	59
Monjolo	4
<i>Angola</i>	
<i>Norte de Angola</i>	
Angola	1
Cassange	3
Rebolo	1
<i>Sul de Angola</i>	
Benguela	2
Ganguela	2
<i>África Oriental</i>	
Moçambique	34
<i>Incerto</i>	
Bule	1
<i>Indefinido</i>	
Costa da África	10
TOTAL	186

Tabela 2

NACIONALIDADES	TOTAL
AFRICANOS	
África Ocidental	
Mina	14
Nagô	2
Centro-Oeste Africano	
Congo Norte	
Cabinda	33
Congo	103
Monjolo	6
Angola	
Norte de Angola	
Angola	8
Cassange	9
Rebolo	13
Sul de Angola	
Benguela	46
Ganguela	2
África Oriental	
Moçambique	45
Incerto	
Abano	1
Cabuda	2
Gilbrina	1
Preto	1

Tabela 3

ANO	No. de Batizados Adultos
1807	
1808	
1809	1
1810	1
1811	4
1812	3
1813	
1814	7
1815	2
1816	3
1817	35
1818	5
1819	7
1820	2
1821	6
1822	1
1823	26
1824	3
1825	6
1826	9
1827	19
1828	10
1829	9
1830	4
1831	9
1832	4
1833	1
1834	1
1835	1
1836	
1837	
1838	
1839	
1840	4
1841	
1846	
1847	
1848	1
1849	
1850	
1851	1
1852	
1853	
1854	
TOTAL	186

Tabela 4

ANO	No. de Crianças Batizadas
1807	5
1808	10
1809	8
1810	12
1811	9
1812	16
1813	21
1814	16
1815	21
1816	14
1817	8
1818	22
1819	12
1820	20
1821	10
1822	11
1823	18
1824	13
1825	17
1826	15
1827	16
1828	14
1829	15
1830	21
1831	18
1832	20
1833	17
1834	23
1835	25
1836	8
1837	17
1838	19
1839	20
1840	19
1841	1
1846	1
1847	18
1848	15
1849	31
1850	27
1851	29
1852	25
1853	26
1854	9
TOTAL	699

Tabela 5

BATIZADOS ADULTOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
AFRICANOS	148	38	186
%	79,60%	20,40%	

Tabela 6

SEXO	HOMENS	MULHERES
AFRICANOS	242	52
	82%	12%

Tabela 7

NACIONALIDADE	BRASILEIRA	AFRICANA	DESCONHECIDA	Total
MÃES	199	223	241	663

Tabela 8

Origem das Mães Africanas	
	TOTAL
<i>África Ocidental</i>	
Calabar	2
Mina	3
<i>Centro-Oeste Africano</i>	
<i>Congo Norte</i>	
Cabinda	32
Congo	47
Monjolo	1
<i>Angola</i>	
<i>Norte de Angola</i>	
Angola	7
Cassange	2
Muxicongo	1
Rebolo	14
<i>Sul de Angola</i>	
Benguela	36
Ganguela	1
<i>África Oriental</i>	
Moçambique	19
<i>Incerto</i>	
Muzumbe	1
<i>Indefinido</i>	
Costa da África	44
<i>Sem Nação</i>	2
Total	212

Tabela 9

Famílias com escravos	Famílias sem escravos	Total de Famílias
146	218	365
40%	60%	100%

Tabela 10

Senhores com 1 a 5 escravos	Senhores com 6 a 10 escravos	Senhores com mais de 10 escravos
112	23	11
76%	16.5%	7.5%

Gráfico 1

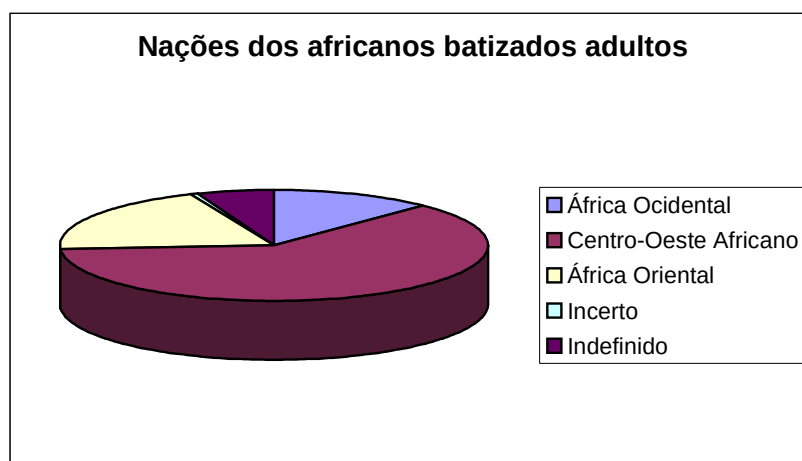


Gráfico 2

